

## **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2007**

---Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, pelas 21H15M, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório da Casa do Povo de Aveiras de Cima, em Aveiras de Cima, com seguinte Ordem do Dia. -----

### **ORDEM DO DIA**

**Ponto 1** - Informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal

**Ponto 2** – Desafecção do Domínio Público de Parcela de terreno - Permuta

**Ponto 3** – Concurso Público Para Concessão de Instalação e Exploração de Quiosque Cafeteria/Bar no Jardim Urbano de Azambuja

**Ponto 4** – Águas do Oeste (AdO) – Realização de Capital social – Ratificação

**Ponto 5** – Regulamento Municipal de Remoção de Viaturas da Via Pública

**Ponto 6** – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água E de Drenagem de Águas Residuais

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o primeiro e segundo Secretários, Sr. Rui Augusto Nabais e a Sr.<sup>a</sup> D. Maria de Fátima Duarte Alves de Brito Martins. -----

---Encontravam-se presentes os Deputados Municipais senhores Ana Alexandra Ferreira Gaspar, António Batista Marques, António Luís Lavado dos Reis, António José Rodrigues, Manuel de Jesus Gaspar, Francisco António Galvão Morgado, Helena Isabel Silva Mata, Herculano Valada Martins, Hernâni Sequeira Dias Ferreira, Hugo José Jansen Rodrigues Felizardo Caldeira, João Manuel Couchinho, Joaquim Luís da Silva Borda D' Água, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Joaquim Brás dos Santos, José Luís Marques dos Santos, José Fernandes Gonçalves Alexandre, Justino Cláudio de Oliveira, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luís Eduardo Morgado Salvaterra da Silva, Luís Manuel Leandro da Silva, Manuel da Silva Simões Ramos, Maria Camila Agostinho Botão Mirradinho, Maria da Conceição Pinto Maurício de Sousa, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Rafael Ramos dos Santos e Silvino José da Silva Lúcio. -----

---Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-presidente, José Manuel Isidoro Pratas, Marco António Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira, António José Costa da Cruz e António José Fonseca Nobre, Vereadores. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar da substituição do Sr. António Montez Amaral, impedido de estar presente por motivos profissionais, pelo Sr. Manuel de Jesus Gaspar. -----

Mais informou de estar constituída a Mesa, haver “quórum” e que, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu ainda que por se tratar de uma reunião ordinária haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados. -----

## ANTES DA ORDEM DO DIA

--- O Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. -----

--- Tomou a palavra a o Sr. Joaquim Calixto, munícipe, para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara para quando é que está previsto fazer em Vale do Paraíso, nomeadamente, os melhoramentos no Jardim de Infância, a ligação à rede de esgotos e quando é que é inaugurado o terceiro pavilhão de Azambuja. -----

--- Seguidamente interveio o Sr. António Morais, munícipe, para falar sobre a concessão das águas. Sobre esta matéria disse que quer os privados quer os empreiteiros, que já passaram pela Câmara, tem havido irregularidades, ou seja, trabalhos mal executados, que acabam por ser corrigidos mais tarde pelos trabalhadores da Câmara. Exemplificou casos como, as obra na rua Espírito santo e o colector existente junto à Gráfica Um em Azambuja, e trabalhos de esgotos feitos em Vale do Brejo e Casais da Inglesas. -----

--- Interveio o Sr. João Vieira, delegado sindical do STAL, para informar de que, após reunião em plenário dos trabalhadores, foi decido fazer um baixo assinado em conjunto com a população de Azambuja, manifestando-se contra a concessão das águas. O baixo assinado, que contem mais de 500 assinaturas, foi entregue ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

Seguidamente referiu uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara na última reunião da Assembleia em que assumiu publicamente a entrega ao STAL de um caderno de encargos disponibilizando-se, também, para reunir com este Órgão em sede própria, mas, até ao momento, o referido documento ainda não tinha sido facultado. Lamentou a atitude do Sr. Presidente, na medida em que gostaria de saber como é que os direitos dos trabalhadores estão salvaguardados naquele documento. Esclareceu que o Sindicato, em defesa dos direitos dos trabalhadores da Câmara, tem uma palavra a dizer sobre o caderno de encargos.

--- Pediu também a palavra o Sr. Macário Gomes, munícipe, para dizer o seguinte: -----

*“O Sr. Presidente da Junta de Manique do Intendente tem uma antena de apoio a telemóveis na casa dele instalada à estilo biltre e corrupta, já há dois anos e meio, e já tenho aqui assim uma carta da Presidência do Conselho de Ministros do Gabinete da Secretaria de Estado Adjunto e da Administração Local que não autoriza e um senhor chamado Vitor Penas, que é engenheiro da Vodafone, disse-me que tinha havido apoio tácito da Câmara de Azambuja por isso é que a antena lá continuava. Pois um dia fui à Câmara de Azambuja e o Sr. Vereador José Manuel Isidoro Pratas disse-me que era assim, que infelizmente era assim, casos destes só na Câmara de Azambuja e que o Sr. Presidente da Câmara tinha dado apoio tácito, infelizmente, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Isto é um caso triste, é passar por cima da lei, é uns a serem escravos e outros senhores. E o caso é também o seguinte, é que este Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Manique do Intendente, eu não estou contra partido algum, é que ele já não é a primeira vez que joga com corruptelas. Pôs a filha a fazer as vezes da prima, aquilo é um estilo feudal, a prima é secretária da Junta, já há muitos anos, ele pô-la directamente. Depois punha a filha a fazer as vezes da prima. Deu baldas a um cunhado, agente da polícia judiciária, ter começado a construir clandestinamente ao pé da Igreja Matriz de Manique do Intendente, e outros casos que ele já tem feito. Há perto de três anos que isto continua. Até no dia, para comprovar, que eu lá fui o Sr. José Manuel Isidoro Pratas até escreveu aqui, está aqui a letra dele, que a Assembleia Municipal estava para ser no dia dezasseis de Fevereiro, às 21 horas, depois foi adiada, isto é autêntico, e o senhor até falou muito concretamente, eu acredito plenamente no homem, no Sr. Vereador, que o caso era assim, infelizmente, e eu até lhe disse olhe já perguntei no Cartaxo, Vila Franca de Xira, Beja, Évora, Lisboa, Portalegre é que foi por telefone, estes casos não são autorizados. Este Senhor continua a fazer o que quer é que eu tenho mesmo provas, dados apodícticos, em como ele já fez várias vigarices em Manique do Intendente. Não estou contra partido algum, mas isto é um caso triste, a democracia assim não pode evoluir. O homem é mesmo um corrupto e vigarista com estas coisas que faz. Eu é que fui obrigado a escrever à IGAT, ao IPAR. O IPAR autoriza mas isso é normalíssimo as democracias são assim. Agora a Presidência do Conselho de Ministros não autoriza. Eu só ouvi isto ao Sr. Vereador José Manuel Isidoro Pratas, eu não estou nada contra o Sr. Presidente da Câmara e contra alguém de nenhum partido. Ele é que me disse isto, é só para aqui assim, publicamente, saber as coisas já agora agradecia uma palavra de todos ou se eu até puder fazer diálogo com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Manique, eu tenho dados apodícticos de várias coisas que ele tem feito em Manique.” -----*

--- Interveio o Sr. Presidente da Assembleia para informar o Sr. Macário de não ser permitido o diálogo. ---  
---- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder a todas as questões que, até então, lhe foram colocadas. -----

Começou por esclarecer as situações de Vale do Paraíso. Sobre o Jardim de Infância, disse que o Sr. Vereador Marco Leal tem estado em reunião com o Agrupamento e com as Associações de Pais, sendo que as intervenções que são necessárias fazer naquela Instituição vão ser brevemente iniciadas. Relativamente à rede de esgotos informou de estar a mesma já ligada. Está canalizada para a ETAR das Virtudes, embora haja redes de esgotos ainda por concluir e ligações por fazer de particulares à própria rede, cuja obrigação lhes pertence nos termos da lei. Sobre a inauguração do Pavilhão do Vale do Paraíso, O Sr. Presidente da Câmara disse que nunca esteve marcada qualquer data para o efeito, por uma razão simples, porque enquanto os arranjos exteriores, e toda a reformulação daquela zona à volta do Pavilhão, não estiverem concluídos não se fará a dita inauguração. As características do piso do pavilhão não permitem que seja utilizado sem que tudo esteja concluído à sua volta. O processo de arranjos exteriores e daquela envolvente, nomeadamente, com a construção de uma pequena rotunda no cruzamento da estrada que leva ao Vale do Brejo, já está em consultas na EMIA para ser executado. ----

Sobre as questões levantadas pelo Sr. António Morais, o Sr. Presidente explicou que não se pode confundir contrato de concessão com empreitadas. Quanto à disponibilização do caderno de encargos referida pelo Sr. Delegado Sindical, o Sr. Presidente informou de que o mesmo se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Presidência. No que diz respeito à situação dos trabalhadores, disse que o Sr. Vice-Presidente havia já reunido com os trabalhadores do serviço de águas, tendo-lhes explicado que o vínculo laboral deles à Câmara não está minimamente em risco. Tanto mais que no caderno de encargos são dadas três alternativas aos trabalhadores à escolha de cada um. A primeira é sair dos quadros da Câmara e ingressar nos quadros da empresa que vier a tomar a concessão das águas, a segunda, de acordo com o regime legal que existe para estas matérias, serem destacados para a empresa mantendo a integralidade do vínculo e dos direitos que têm relativamente à função pública e, a terceira alternativa, não quererem nada com a empresa e quererem manter-se nos quadros da Câmara. Nenhum trabalhador da Câmara será despedido, verá o seu posto de trabalho em risco ou os seus direitos adquiridos postos em causa. -----

Sobre as questões levantadas pelos Srs. Macário Gomes e Carlos Ramos, o Sr. Presidente pediu autorização para serem os Srs. Vereador José Manuel Pratas e Vice-Presidente Luís de Sousa a responder. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Vereador José Manuel Pratas para dizer que a colocação das antenas no Concelho de Azambuja só foi feita depois de obtidas as respectivas licenças. A de Manique foi colocada antes de ter autorização. Entretanto já foi pedido à Vodafone para proceder à respectiva legalização, mas até à data ainda não respondeu. -----

---- Interveio o Sr. Vice-Presidente para dizer que conhece os problemas existentes na rua onde mora o Sr. Carlos Ramos. Trata-se de um loteamento antigo que está há alguns anos na Câmara e que está agora a dar alguns passos. Estudando-se uma maneira legal para se fazer a escritura ou outro documento, o Sr. Vice-Presidente disse que tem estado em conversações com os proprietários desse loteamento, visando a legalização daquela zona. Os esgotos já lá passam, o processo está em bom andamento, estima-se que dentro de dias possa estar resolvido. Irá ser marcada uma reunião com todos os moradores daquela rua para que, de uma vez por todas, a situação fique legalizada. -----

---- Interveio mais uma vez o Sr. António Morais para dizer que há algum tempo atrás, e depois das obras executadas na Rua Espírito Santo, havia escrito à Câmara dando conta dos problemas existentes com os sumidores, não lhe tendo sido dada, até ao momento, qualquer resposta. -----

---- O Sr. Herculano Martins pediu a palavra para solicitar uma certidão das afirmações feitas pelo Sr. Macário Gomes. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para esclarecer que a situação colocada pelo Sr. Morais resulta de uma empreitada feita pela ACORIL na rua direita de Azambuja, que tem cinco anos de garantia, cuja conclusão se deu há um ano. O Sr. Vice-Presidente tem conhecimento dela, já seguiu informação para os serviços técnicos e será rapidamente reparada. -----

Ainda sobre a intervenção do Sr. João Vieira, o Sr. Presidente disse estar disponível para discutir o caderno de encargos no que diz respeito à situação dos trabalhadores, que é matéria sindical, nas restantes estará indisponível para discutir com o Sindicato. -----

---- Interveio a Sra. D. Hermínia Mota, munícipe, pondo em causa a eficiência da empresa a quem foram entregues os resíduos sólidos, uma vez que a sarjeta existente na rua onde mora não é limpa há mais de três anos, bem como as sarjetas das ruas de cima. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que, enquanto não estiverem concluídas as 6 fases do programa POLIS, não estará resolvido integralmente o problema das redes separativas, e por isso algumas zonas ainda vão ter o cheiros que decorrem das redes unitárias. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa para colocar à votação a actas das Reuniões Extraordinária de 12 de Dezembro e Ordinária de 28 de Dezembro de 2006, as quais foram aprovadas por unanimidade. Colocou também a correspondência à disposição dos Senhores Deputados para consulta. Seguidamente deu início ao período antes da ordem do dia para os Deputados. -----

---- O Sr. João Couchinho interveio para mostrar a sua preocupação com as notícias que têm surgido sobre o desemprego no Concelho de Azambuja. Questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da situação dos trabalhadores, relativamente ao contrato de concessão das águas. Referiu que no primeiro caderno de encargos, que foi substituído, a posição desses trabalhadores estava realmente garantida. No presente caderno o Sr. Deputado disse que essa garantia foi retirada. -----

---- Interveio o Sr. Deputado José Alexandre para dizer que a intervenção que for feita em Vale do Paraíso junto ao Pavilhão, deverá incluir também toda a rua 25 de Abril a nível de esgotos domésticos, águas pluviais e passeios. -----

---- O Sr. Deputado Luís Salvaterra interveio para reprovar as palavras proferidas pelo Sr. Macário uma vez que os eleitos devem respeitar os cidadãos mas esse respeito deve ser recíproco. -----

---- Tomou a palavra a Sra. Deputada Conceição Maurício para fazer uma retrospectiva de problemas existentes em Aveiras de Cima pendentes de resolução. Disse que faltam concluir algumas ligações de esgotos ao colector principal nos aglomerados limítrofes a Aveiras. Lembrou que na Rua de Santa Quitéria, em Casais das Comeiras, devido a desnivelamento de quota, não se podem efectuar os ramais de ligação aos esgotos. Falou também sobre também a intenção de construção de um Jardim Urbano/Zona de Lazer em Aveiras de Cima, os arranjos das entradas de Aveiras há muito reivindicados, a construção do novo quartel da GNR e a variante à E.N. 366. -----

A Sra. Deputada, na sua intervenção, quis também dar conhecimento à Câmara de um despacho da Direcção Geral dos Recursos Florestais de 14 e Novembro de 2006 sobre a praga denominada "Nematodo do Pinheiro", que delimita uma zona florestal para corte de forma a evitar a propagação da infecção. Estão incluídas nesta zona fitossanitária as Freguesias de Azambuja, Aveiras de Cima, Manique do Intendente e Vila Nova de S. Pedro. Acontece que os proprietários dos terrenos estão a ser surpreendidos com o corte das árvores e remoção dos troncos sem que tenham sido avisados. Neste sentido, a Sra. Deputada apela à Câmara informação sobre este assunto, não só pela forma como está a ser feito, como também saber se os ditos proprietários vão ter direito a indemnização. -----

Por último, a Sra. Deputada abordou a conferência de imprensa dada pelo Sr. Presidente da Câmara à Comunicação Social sobre a REN, tecendo algumas considerações sobre a carta de condicionantes ao PDM. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Justino Oliveira para falar sobre algumas questões que gostaria de ver esclarecidas. Pergunta de quem é a responsabilidade da carta de condicionantes da REN. Se é a EMBRAER que vai comprar o espaço da OPEL para desenvolver as OGMA. Quando é que arranca o desenvolvimento da zona industrial. Para quando é está prevista abertura do Centro Cultural Grandella. Qual o ponto de situação do Plano de Pormenor, conhecido por miolo, de Aveiras de Cima e da Requalificação da Av. 25 de Dezembro e das rotundas em vale do Brejo. Abordou outras situações preocupantes como a continuação das obras dos esgotos em Vale Coelho, o aumento da capacidade de armazenagem de água de consumo doméstico na freguesia, o desbloqueamento de processos relativos a iluminação pública e a requalificação da rua da Arameira e Pereiras. -----

Realçou a necessidade de contratação de outro calceteiro e, por último, perguntou quando é a freguesia irá estar dotada dos seguintes equipamentos públicos: pavilhão desportivo, polidesportivos descobertos, parque urbano e parques infantis. -----

--- O Sr. Deputado Lúcio Costa interveio para perguntar qual é a consequência prática para o desenvolvimento do Alto Concelho com a alteração à REN. Quis também saber em que ponto é que estão as conversações entre as Câmaras de Azambuja e do Cartaxo com vista à reparação urgente do troço de estrada que liga a povoação de Vila Nova de S. Pedro àquela cidade. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Francisco Morgado para informar que as colectividades estão a ter dificuldades com a emissão dos alvarás, sempre que pretendem realizar eventos. Ainda sobre as colectividades, sugere que a fiscalização seja feita anualmente e não por cada actividade realizada. -----  
No que diz respeito às queimadas, este Deputado disse existir uma burocracia muito grande na obtenção da respectiva licença. Fez questão de saber em que ponto se encontra o concurso para ampliação da Escola de Alcoentre e também manifestou alguma preocupação com o estado em que ficou a povoação de Casais das Boiças após a intervenção da rede de esgotos. -----

--- Para esclarecer os Senhores Deputados, o Sr. Presidente da Câmara interveio novamente começando por responder, em primeiro lugar, à Sra. Deputada Conceição Maurício. Lembrando que o não cumprimento da Lei REN dá perda de mandato, disse ter havido já duas tentativas para se fazer a alteração à REN, que foram liminarmente rejeitadas, sendo que uma delas foi o próprio Supremo Tribunal Administrativo que o fez. Após inúmeras insistências, através de ofícios e promovendo reuniões junto da CCDR, a sua Vice-Presidente enviou o assunto para a Comissão da Nacional da REN em Julho de ano passado. Em Janeiro deste ano, finalmente, a Comissão da REN veio dizer, preto no branco, que não há REN no Concelho de Azambuja e que o Município se deve reger pelas normas transitórias. -----

O Sr. Presidente da Câmara, sobre as questões levantadas pelo Sr. Deputado Justino Oliveira relativamente a investimentos feitos nas Freguesias, disse que nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007 foram investidos na Freguesia de Aveiras de Cima 3.285.256 Euros. Pediu para ser distribuído pelos Srs. Deputados um exemplar do documento para que se visse onde o montante foi investido. -----

No que diz respeito à concessão das águas, mais concretamente à questão do pessoal, o Sr. Presidente tranquilizou o Sr. Deputado João Couchinho dizendo que os trabalhadores que decidirem não ficar na Câmara não têm que constar do caderno de encargos, o seu vínculo mantém-se à parte. -----

O Sr. Presidente da Câmara manifestou também a sua preocupação quanto ao desemprego no nosso Concelho. Contudo, informou de estar em contacto com a Agência Portuguesa de Investimento e com a própria OPEL, dado existirem diversas intenções de investimento naquele espaço, por parte de grupos nacionais e internacionais. -----

Sobre a zona Central de Aveiras de Cima, o Sr. Presidente disse que está a ser montada uma operação, que será brevemente apresentada na Câmara e em Assembleia Municipal, tendo em vista resolver aquela situação. -----

A questão do nemátodo dos pinheiros é também uma preocupação da Câmara. Estão já marcadas duas sessões de esclarecimento à população, uma no dia 26 de Fevereiro em Manique do Intendente e outra em 1 de Março em Aveiras de Cima. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Francisco Morgado, o Sr. Presidente referiu que, no que concerne às queimadas e à fiscalização das iniciativas das Colectividades, se tratam de assuntos legais, em que a Câmara nada pode fazer. Há que cumprir a lei. A Escola de Alcoentre está para adjudicação da EMIA. -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Lavado dos Reis para colocar também algumas questões. Perguntou porque é que Urbanização da Quinta de Mor está tão demorada. Sabendo que a administração dos CTT pretende encerrar a estação e passar a um posto de correios, pergunta o que é que a Câmara diz sobre esta situação. Qual o ponto de situação da via rápida, que liga Aveiras de Cima ao Cartaxo, já encerrada ao trânsito há alguns meses. -----

Levantou também outras questões, nomeadamente, os testes de controle aos níveis de poluição ambiental, a colocação de sonoros na E.N. 366, a finalização de obras de esgotos na Vila de Aveiras de Cima, e se, em termos ambientais, todas as exploração Agro-pecuárias do concelho estão a funcionar dentro da lei. Referiu a importância de haver um Vereador da Agricultura no Executivo Camarário, de forma a dinamizar a agricultura do Concelho, que é essencialmente agrícola. Por último, falou sobre a qualidade do serviço prestado aos doentes na urgência do hospital de Vila Franca de Xira. -----

--- O Sr. Presidente tomou a palavra para dizer que, em relação à Quinta de Mor, se aguarda pela realização dos projectos da especialidade. Quanto aos CTT, já foi enviado para a Junta de Freguesia, para conhecimento, cópia do ofício enviado à Administração dos CTT protestando contra essa intenção e explicando as razões pelas quais o Município se opõe ao encerramento da estação dos CTT em Aveiras de Cima. As Agro-pecuárias são inspeccionadas pela Direcção-Geral de Agro-pecuária. As que são licenciadas dispõem de todas as condições, só que, depois, não as põem em prática, dando origem a contra-ordenações. Relativamente ao pelouro da agricultura, já existe, faz parte do Gabinete de Actividades Económicas, cujo pelouro é da responsabilidade do ao Presidente da Câmara. -----

--- Interveio o Sr. Vice-Presidente para fazer um convite a todos os Senhores Deputados a visitarem as Instalações do Novo centro de Saúde em Azambuja. -----

--- Seguidamente Interveio a Sra. Deputada Conceição Maurício frisando que está lavrado em acta que o Sr. Presidente da Câmara disse, na última reunião da Assembleia, realizada em 28 de Dezembro, que as obras do novo quartel da GNR de Aveiras de Cima arrancariam no início ano em curso, no terreno da AUGI. -----

--- O Sr. Vice-Presidente tomou novamente a palavra para explicar que, naquela altura, era o que estava para ser feito. Só que, depois disso, numa Assembleia de Freguesia, surgiu a possibilidade de ser construído num terreno da Junta. Esse terreno não é só pertença da Junta mas também de um outro proprietário, o Sr. Torrão. A Câmara entrou em contacto com a GNR que, após visita ao local, manifestou o seu agrado uma vez que, em termos estratégicos e de segurança, é muito melhor que o terreno da AUGI. Actualmente os Serviços de Urbanismo da Câmara juntamente com os arquitectos da GNR estão a tentar desbloquear aquela área. O Sr. Vice-Presidente disse ainda que o Sr. Torrão já foi contactado e não irá colocar obstáculos à construção do quartel. -----

--- Interveio o Sr. Presidente da Mesa interveio para dizer que, em primeiro lugar, a acta da Reunião Ordinária de 28 de Dezembro foi votada e bem aprovada e, em segundo lugar, para dar conhecimento de uma proposta da Comissão Permanente, a qual passou a ler: -----

---“*Considerando que existiu consenso para alteração à Ordem de Trabalhos referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar nesta data, pelos partidos representados neste Órgão e em Sede da Comissão Permanente, propõe-se que o ponto 3 da Ordem de Trabalhos, passe para 6º e vice-versa.*” -----

Terminada a leitura da proposta, o Sr. Presidente da Mesa colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Retomados os trabalhos, após um curto intervalo de cerca de dez minutos, o Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento da chegada à mesa de um Requerimento do Partido Socialista para que a presente Sessão da Assembleia Municipal só termine depois de esgotas os pontos agendadas para a mesma. -----

Foi colocado à votação, tendo sido aprovado com 5 votos contra. -----

Seguidamente, O Sr. Presidente iniciou o período da Ordem do Dia. -----

#### **ORDEM DO DIA**

#### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL**

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação deste ponto. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Silvino Lúcio para manifestar o seu agrado ao trabalho desenvolvido e espelhado neste documento. -----

--- A Sra. Deputada Conceição Maurício interveio para pedir alguns esclarecimentos, nomeadamente, sobre serviços da CMA em Aveiras de Cima, Largo da República, arranjos no interior do Reservatório de Aveiras de Cima, arranjos Paisagístico de Jardim de Aveiras de Cima em audiências prévias, Parque Infantil de Aveiras de Cima, Centro Cultural Grandella, participação da CMA na BTL e elaboração de dossier de promoção do concelho. -----

---Interveio o Sr. Deputado José Alexandre para pedir também esclarecimentos sobre a execução da proposta dos novos limites administrativos para as Freguesias de Vale do Paraíso e Azambuja, limpeza e tratamento da linha de água à ponte do ramal de cima em Vale do Paraíso e intervenções diversas. -----

--- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Luís Leandro para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara quanto é que a Autarquia paga à Região de Turismo do Ribatejo, de forma a poder-se avaliar se os serviços que aquela entidade nos presta valem o que se lhe paga. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Herculano Martins para questionar algumas rubricas mencionadas no mapa dos encargos. -----

--- O Sr. João Couchinho interveio também para pedir esclarecimentos sobre o valor utilizado do empréstimo que foi contraído em 1996 para fazer face aos prejuízos resultantes das intempéries. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio, então, para prestar todos os esclarecimentos solicitados. Disse que o projecto da Casa da Câmara, no Largo da República, está concluído, apenas o suspendeu, por algum tempo, na medida em que o próximo QREN vai financiar projectos intermunicipais ou projectos que decorrem de parcerias público-privadas. Neste contexto, há duas situações que fizeram amortecer aquele projecto, que estava previsto ser lançado pela EMIA. Uma é que pretendia inseri-lo num reordenamento do Largo da República em Aveiras de Cima. A Outra é que há um promotor imobiliário que tem determinadas intenções na zona envolvente daquele largo, sendo que a Câmara gostaria de desenvolver um projecto conjunto no âmbito dessas parcerias publico-privadas. -----

Sobre a BTL, o Sr. Presidente remeteu a prestação desse esclarecimento para o Sr. Vereador Marco Leal. A Escola Gradella sofreu atrasos inexplicáveis, por parte do empreiteiro, que levaram à aplicação do montante máximo de multas. -----

Quanto aos novos limites das freguesias, o Sr. Presidente informou de que há uma proposta de redefinição dos limites, que já está a ser discutida entre as Freguesias de Vale do Paraíso e Azambuja, conquistando a Freguesia de Vale do Paraíso uma área que até agora era área integrante da Freguesia de Azambuja. O processo de limpeza da ribeira de Aveiras está a decorrer. -----

As questões de índole financeira o Sr. Presidente disse que seria a Sra. Dr. Irene Lameiro a prestar os esclarecimentos. -----

--- Interveio o Sr. Vereador Marco Leal para descrever tudo o que foi feito, em termos da representação do Concelho de Azambuja, na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa). -----

--- De seguida interveio a Sra. Dra. Irene Lameiro para dizer que os empréstimos contraídos por altura das intempéries foram feitos ao abrigo de legislação específica, sendo que uma parte tinha direito a juros bonificados e outra não. Nestes empréstimos só poderiam ser contempladas obras de recuperação de estradas danificadas. A primeira parte desse empréstimo, a dos juros bonificados, deu cobertura a uma série de investimentos que foi necessário fazer mas, no que diz respeito à segunda parte, os juros eram bem mais elevados e como não havia projectos que pudessem ser executados ao abrigo dessa legislação, a Câmara foi obrigada a dizer que não iria utilizar a totalidade do referido empréstimo. -----

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Herculano Martins, sobre o mapa do orçamento, a Sra. Doutora Irene Lameiro disse tratar-se de um lapso, que irá ser devidamente corrigido. -----

--- O Sr. Deputado Justino Oliveira pediu a palavra para perguntar ao Sr. Presidente para quanto é que está disponível na Internet a Cartografia do Concelho, que já vem sendo falada desde que foi assinado o protocolo das Juntas de Freguesia com a CULT. -----

--- O Sr. Deputado Luís Leandro interveio para perguntar se já há mais alguma informação sobre as infraestruturas viárias do Concelho e se a General Motors ainda tem alguma intervenção nas obras do cruzamento com a estrada do Espadanal. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que brevemente os onze Municípios vão ter acesso, on-line, à cartografia. Sobre as acessibilidades disse que o Município está envolvido em três grupos de trabalho. O plano regional de ordenamento do território, outro, constituído pelo NAER, as Câmaras de Alenquer, Azambuja e Vila Franca de Xira, estendido também às Câmaras de Rio Maior, Cadaval e Santarém, que é um plano estratégico de desenvolvimento desta região em função do aeroporto. O terceiro grupo, é o grupo das acessibilidades ao aeroporto que, nesta fase, abrange apenas o NAER, as Estradas de Portugal, as Câmaras de Vila Franca de Xira, Azambuja e Alenquer. O Sr. Presidente, relativamente a este tema tão vasto e tão complexo, disse que oportunamente fará uma sessão de esclarecimento à Assembleia Municipal. -----

Sobre a rotunda e alargamento da EN 3 entre Azambuja e Vila Nova da Rainha o Sr. Presidente informou de que o projecto foi finalmente concluído e aprovado. A rotunda envolve três empreendedores, a Modis, a G.M. e um loteamento de uma empresa madeirense, a norte. À GM interessa-lhe vender as instalações com a rotunda já iniciada ou concluída. -----

---- O Sr. Vereador Marco Leal pediu a palavra para dar conhecimento aos presentes do programa que integra as comemorações da Semana da Juventude no Concelho. -----

---- Esgotada a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Mesa abriu a discussão ao assunto constante do ponto seguinte. -----

## **PONTO 2 - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO – PERMUTA**

---- Após o breve esclarecimento feito pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a matéria constante desta proposta, o Sr. Presidente da Mesa colocou-a à discussão dos Srs. Deputados. -----

---- Interveio o Sr. Deputado João Couchinho para informar de que a CDU irá votar contra esta proposta, na medida em que a instalação de mais uma grande superfície comercial só irá agravar, ainda mais, a já difícil situação em que os pequenos comerciantes se encontram. -----

---- Pediu a palavra o Sr. Deputado Luís Leandro para pedir esclarecimentos sobre as áreas de ambos os terrenos e o que ganha a Câmara com esta troca. -----

---- O Sr. Deputado José Alexandre interveio para chamar a atenção para o facto de aquela instalação se ir fazer numa zona propensa a inundações. -----

---- O Sr. Deputado Silvino Lúcio pediu a palavra para dizer que não se pode travar o desenvolvimento dos concelhos e que, por isso, o PS irá votar favoravelmente a presente proposta. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para, sucintamente, responder às questões que lhe foram colocadas sobre esta matéria. As áreas foram medidas pelos serviços municipais e são rigorosamente iguais. O supermercado é de uma marca concorrente ao Intermarché e irá contribuir, certamente, para uma maior racionalização dos preços. O Sr. Presidente esclareceu também ser do conhecimento de todos que quem não quer ir ao Intermarché de Azambuja vai ao Lidl do Carregado ou do Cartaxo. Informou também de que o licenciamento destas unidades não é da responsabilidade da Câmara mas do Ministério da Economia. Referiu ainda que, com esta troca, que não é só uma troca, a Câmara ganha a aceitação de uma doação de mais um terreno, com 1500 m2 para o domínio público, à entrada de Azambuja. -----

---- Terminada a discussão deste assunto, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta nº 13/P/2007, tendo sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor do PS e 10 votos contra da CDU e do PSD. -----

## **PONTO 3 – CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS**

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação desta matéria, sobre a qual disse ter já sido, noutras sessões de Câmara e de Assembleia Municipal, suficientemente debatida. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Silvino Lúcio para colocar algumas questões. Perguntou se o lançamento do concurso é irreversível, ou seja, uma vez lançado o concurso a Câmara será obrigada a adjudicar. De quem é a responsabilidade pelo sistema no período da concessão e o que acontece às infraestruturas no fim da concessão. -----



---- Pediu a palavra o Sr. Deputado Luís Salvaterra para pedir também alguns esclarecimentos, designadamente, quais são as garantias que a Câmara tem relativamente aos investimentos que vão ser feitos, à qualidade do serviço que vai ser prestado pela empresa que ganhar a concessão e à qualidade da água, que é fundamental. Como é que vai ser estabelecido o sistema de tarifário e qual vai ser o papel da Câmara neste âmbito. -----

---- O Sr. Deputado Lúcio Costa interveio de seguida para saber qual a razão de se exigir neste concurso a condição de que a empresa que ganhar tem de servir já aglomerados com mais de 80.000 habitantes, sendo nós um Concelho pequeno onde existe apenas cerca de 10.000 contadores. -----

---- Interveio o Sr. Deputado João Couchinho para dizer que as privatizações ou concessões devem sempre basear-se em estudos, o que não aconteceu no presente caso. Disse também que, a nível nacional, noutras Câmaras, que concessionaram ou privatizaram a água, houve aumentos brutais para a população. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder às que questões colocadas pelos Srs. Deputados. Referiu que o concurso não tem que ser adjudicado porque o caderno de encargos tem uma cláusula que diz que a Câmara, mediante razões fundamentadas, pode não adjudicar. A responsabilidade do sistema é sempre da Câmara. No fim da concessão as infraestruturas revertem a favor da Câmara. No caderno de encargos foi mencionada a necessidade de fazer um investimento mínimo 4.000.000 Euros. 2.000.000 Euros para o sistema de águas e os restantes 2.000.000 para o sistema de esgotos, sendo que esse investimento teria de ser feito nos primeiros 6 ou 7 anos. O caderno de encargos obriga a que, ao fim de sete anos, o sistema de águas cubra 98% da população e o sistema de esgotos 95%. Sobre a qualidade da água, o Sr. Presidente disse que o mesmo caderno obriga análises periódicas, em laboratório certificado e que não pertença ao grupo da empresa que ganhar a concessão, de forma a garantir a respectiva qualidade. O sistema de tarifário não é livre, tem de ser todos os anos objecto de aprovação na Câmara. -----

Relativamente à condição de a empresa ter de servir aglomerados com mais de 80.000 habitantes, o Sr. Presidente disse haver duas razões predominantes. Uma, de ser uma forma de evitar a constituição de empresas só com o intuito de participarem neste concurso. A outra, é de garantir o reflexo das economias de escala. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Herculano Martins para demonstrar a sua preocupação sobre esta concessão. -----

---- Interveio também o Sr. Deputado Luís Leandro para referir que o parecer emitido pelo IRAR vem dar razão a todos os aspectos levantados anteriormente pelo grupo do PSD. -----

---- Pediu a palavra a Sra. Deputada Conceição Maurício para chamar a atenção para algumas recomendações mencionadas no parecer do IRAR. -----

---- Esgotada a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta nº 15/P/2007 à votação, a qual foi aprovada por maioria, com 17 votos a favor do PS e 8 votos contra da CDU e do PSD.

#### **PONTO 4 – ÁGUAS DO OESTE (AdO) – REALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL – RATIFICAÇÃO**

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para apresentar a matéria constante deste ponto. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Leandro para dizer que o PSD vai votar contra esta proposta, não pelo objectivo do assunto mas pela forma como com tem vindo a ser tratado. -----

---- Não havendo outras intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta nº4/P/2007 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 16 votos a favor do PS, 4 votos contra do PSD e 4 abstenções da CDU. -----

#### **PONTO 5 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE REMOÇÃO DE VIATURAS DA VIA PÚBLICA**

---- Por indicação do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador José Manuel Pratas fez a apresentação da matéria constante deste ponto. -----

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta nº 1/V-JMP/2007 à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

## **PONTO 6 – CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE QUIOSQUE CAFETARIA/BAR NO JARDIM URBANO DE AZAMBUJA**

--- O Sr. Vice-Presidente interveio para fazer uma breve apresentação desta matéria. -----

---Interveio o Sr. Deputado Luís Leandro para dizer que não concorda nem com a localização deste quiosque, uma vez que já existem diversos estabelecimentos do mesmo género naquela zona, nem com a dimensão do mesmo. Disse ter dúvidas se a planta, que consta deste documento, respeita todas as regras que estão actualmente em vigor para este tipo de estabelecimentos. -----

--- O Sr. João Couchinho pediu a palavra para dizer que, em sua opinião, a instalação deste estabelecimento, naquele espaço destinado ao lazer, cuja exploração inclui a venda de bebidas alcoólicas, irá, muito provavelmente, criar alguma instabilidade. -----

--- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que a instalação do quiosque já estava prevista desde o início do projecto do jardim na área do antigo cinema e, ao contrário, não será um factor de instabilidade mas sim de segurança, na medida em que vão sempre lá estar pessoas. Lembrou que todos os grandes jardins públicos em todas as cidades e vilas têm uma unidade de restauração, por ser uma forma de atrair mais pessoas ao local. Disse, também, ser obrigatoriedade dos concessionários do espaço, que irão construir de acordo com um projecto feito pelos próprios, a construção de instalações sanitárias públicas, incluindo uma casa de banho para deficientes. É também obrigatório que os futuros concessionários proponham sistemas de animação do próprio jardim urbano. -----

---Terminada a discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta nº 5/P/2007, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 16 votos a favor do PS e 8 abstenções da CDU e do PSD.

### **ACTA – APROVAÇÃO POR MINUTA**

--- A Senhora 2ª Secretária da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que a colocou à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

---Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

### **ENCERRAMENTO**

---Eram duas horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----